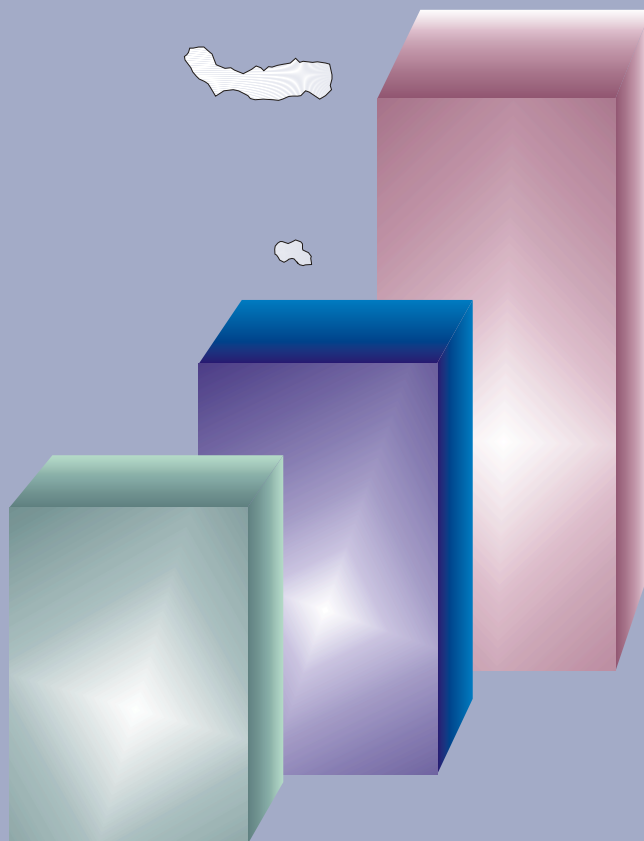
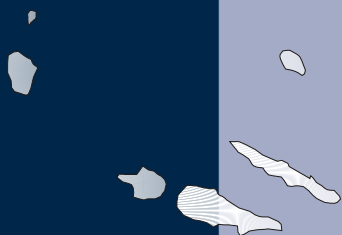




REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidente do Governo
Secretário Regional Adjunto do Vice-Presidente
Direcção Regional de Estudos e Planeamento

Situação Socioeconómica 2005



ÍNDICE

	Pág.
Introdução.....	5
0. Contas Regionais	7
1. População.....	11
2. Mercado de Trabalho	15
3. Preços.....	19
4. Moeda e Crédito	23
5. Finanças Públicas.....	27
6. Agricultura, Pecuária e Silvicultura	31
7. Pescas	35
8. Energia	37
9. Comércio com o Estrangeiro	39
10. Turismo.....	41
11. Transportes	45
12. Educação.....	47
13. Desporto	51
14. Cultura	53
15. Saúde	55
16. Segurança Social	59
17. Sociedade da Informação	61

INTRODUÇÃO

O Presente documento visa proporcionar uma panorâmica da realidade económica e social da Região Autónoma dos Açores.

Para o efeito apresenta-se informação quantificada relevante e disponível e, sempre que possível, a análise da evolução recente dos diversos domínios e sectores tratados.

Esta publicação está disponível no site:
www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/sravp-drepa.

DREPA, Março de 2007

0. CONTAS REGIONAIS

O Produto Interno Bruto da Região Autónoma dos Açores atingiu, em 2004, cerca de 2,9 mil milhões de euros, segundo os dados mais recentes fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, à data de elaboração final deste documento, das “Contas Regionais Definitivas 2000-2003 e Preliminares 2004”.

Tomando os dados definitivos das contas, ou seja, entre 2000 e 2003, verifica-se um crescimento médio anual do produto superior à média nacional, reforçando-se assim de forma continuada a sua importância relativa no contexto da economia nacional.

Produto Interno Bruto

a preços de mercado

Unid.: Milhões de Euros

	2000	2001	2002	2003	2004
1. Açores	2 272	2 490	2 662	2 785	2 890
2. País.....	122 270	129 308	135 434	138 582	143 478
% (1/2)	1,86	1,93	1,97	2,01	2,01
PIB per capita (mil euros/hab.)	9,6	10,5	11,2	11,7	12,0
PIB per capita (Portugal=100)	80	84	86	88	88

Fonte: INE, Contas Regionais 2000-2004 (base 2000).

O PIB per capita é o indicador mais utilizado para aferição do nível de desenvolvimento das regiões e dos estados. Tomando esta série de cinco anos (2000-2004) observa-se que, durante este período, os Açores passaram de região com menor nível de desenvolvimento no quadro das regiões portuguesas, para uma situação intermédia, apresentando em 2004 um valor de capitação do produto de cerca de 88% da média nacional (em 2000 essa relação era de 80%).

A evolução da repartição do Valor Acrescentado Bruto pelos grandes sectores de actividade económica evidencia, de forma continuada, um ligeiro reforço do peso relativo do sector terciário, representando este, em

2004, 72,5% do total do VAB, por contrapartida de uma ligeira perda de importância relativa dos restantes sectores de actividade económica.

VAB - Desagregação Sectorial

Unid.: %

Actividades	2000	2001	2002	2003	2004
Agricultura, Silvicultura e Pescas.....	13,6	12,4	12,0	11,5	11,5
Indústria, Const., Energia e Água....	15,9	16,5	16,8	16,4	15,9
Serviços.....	70,5	71,1	71,2	72,1	72,5

Fonte: INE, Contas Regionais 2000-2004 (base 2000).

No que concerne á produtividade do factor trabalho, tomando por medida a divisão do valor do produto interno bruto pelo emprego, os dados fornecidos pelo INE evidenciam não só uma posição muito favorável da Região no contexto nacional, como também uma certa tendência de manutenção/reforço dessa posição relativa. As características da produção primária nos Açores, o peso do sector dos serviços, em geral, e do sector público, em particular, e o valor do emprego considerado, poderá explicar os valores superiores da produtividade nos Açores.

Produtividade (PIB/Emprego)

	2000	2001	2002	2003	2004
1. mil euros / empregado	24,0	26,1	27,0	27,9	29,2
2. Portugal=100.....	99	103	103	103	104

Fonte: INE, Contas Regionais 2000-2004 (base 2000).

Apesar das restrições financeiras que se verificam no contexto nacional, o investimento nos Açores têm-se mantido em bom nível, demonstrando confiança e capacidade dos agentes económicos, sejam privados ou públicos.

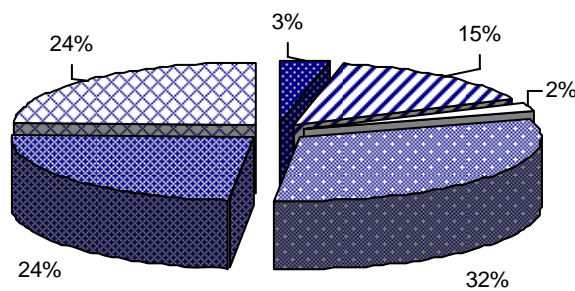
Deste modo, observa-se um crescimento da taxa de investimento, i.e., da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) na Região, quando se compara com o observado no contexto nacional.

FBCF 2000-2003

	2000	2001	2002	2003
Milhões de euros	948	994	1 040	1 167
Portugal =100	2,9	2,9	3,1	3,7

Na desagregação da formação bruta de capital fixo por actividades, observa-se a predominância do investimento no sector terciário e também um esforço das autoridades regionais na oferta de infra-estruturas e equipamentos de natureza social e de apoio à actividade produtiva.

Distribuição da FBCF por Ramo de Actividade (A6) na R.A.A., 2003



- Agricultura, Caça, Silvicultura, Pesca e Aquicultura
- Indústria, incluindo energia
- Construção
- Comércio, reparação de veículos, alojamento e restauração, transportes e comunicações
- Actividades financeiras, imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas
- Outras actividades de serviços

1. POPULAÇÃO

Ao nível dos Recenseamentos Gerais da População, realizados de dez em dez anos, observa-se que entre os dois últimos o número de residentes nos Açores aumentou, contrariando tendência anterior de perda de população, essencialmente por via de saldos negativos na migração.

Evolução da População Residente

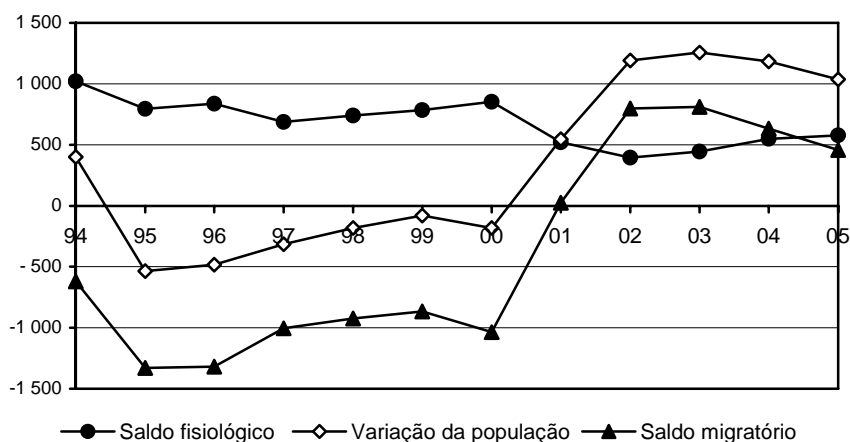
	1991	2001	Var. %
Santa Maria	5 922	5 578	-5,8
São Miguel	125 915	131 609	4,5
Terceira	55 706	55 833	0,2
Graciosa.....	5 189	4 780	-7,9
São Jorge	10 219	9 674	-5,3
Pico	15 202	14 806	-2,6
Faial.....	14 920	15 063	1,0
Flores	4 329	3 995	-7,7
Corvo	393	425	8,1
Açores	237 795	241 763	1,7

Fonte: INE.

Com efeito, no período mais recente e recorrendo a estimativas, o crescimento demográfico dos últimos anos poderá ser explicado, em grande medida, pelos fluxos migratórios, que têm registado saldos positivos e também pela manutenção de um crescimento natural da população.

Em 2005, o aumento de população residente nos Açores ter-se-á devido mais a um saldo fisiológico positivo, na ordem dos 579 indivíduos, e menos a um balanço positivo entre entradas e saídas de residentes, que se terá centrado em 456 indivíduos.

Decomposição da Evolução da População



Por grandes grupos etários, e com base nos últimos recenseamentos, observa-se que, face à redução acentuada da emigração, o crescimento demográfico tende a concentrar-se no grupo correspondente à população potencialmente activa (15-64 anos), por contrapartida do grupo etário relativo aos jovens, mantendo-se praticamente inalterado o peso relativo dos idosos no contexto da população residente nos Açores.

Estrutura Etária da População

	1991	2001	2011*
0-14 anos.....	26,4	21,4	18,4
15-64 anos.....	61,1	65,6	69,9
65 e + anos.....	12,5	13,0	12,7

* Estimativas.

Fonte: - INE, Projecções 2000-2050 NUTS II.

A tendência geral na próxima década é para se acentuar o envelhecimento da população residente nos Açores, acompanhando a tendência verificada no país. Porém, apresenta-se ainda uma taxa de natalidade superior á média nacional, enquanto a mortalidade alinha pelos valores relativos registados em Portugal.

Indicadores Demográficos (Permilagem)

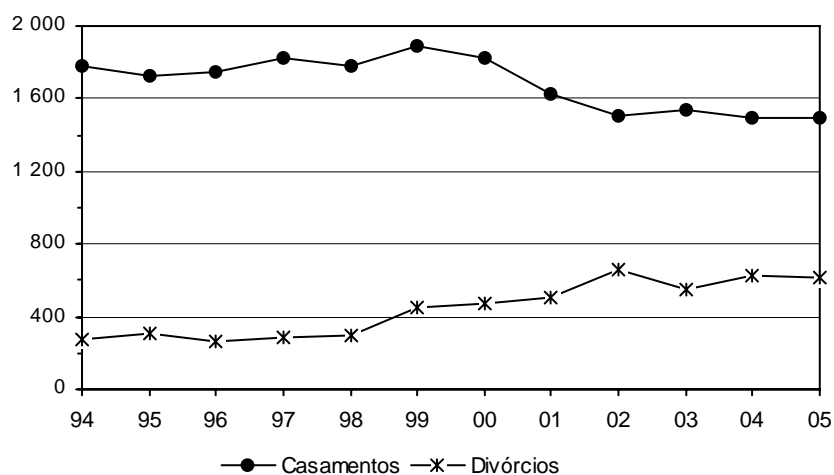
	1995		2000		2005*	
	RAA	Portugal	RAA	Portugal	RAA	Portugal
Taxa de Natalidade.....	14,5	10,7	14,5	11,7	12,5	10,4
Taxa de Mortalidade...	11,2	10,3	10,9	10,3	10,1	10,2
Taxa de Nupcialidade.	7,2	6,6	7,6	6,2	6,2	4,6

* - Dados Provisórios.

Fonte: INE, SREA, DREPA.

Relativamente ao número de casamentos verificados em 2005, constata-se que na Região se verificou um ligeiro acréscimo face ao ano anterior. Por sua vez, o número de divórcios diminuiu, tendo-se registado 613 divórcios em 2005.

Número de Casamentos e Divórcios



No ano de 2005, o fluxo emigratório total, na Região Autónoma dos Açores, foi de 478 indivíduos, representando um acréscimo de 16% em relação a 2004. Os Estados Unidos da América e as Bermudas continuam a ser os países de destino predominante.

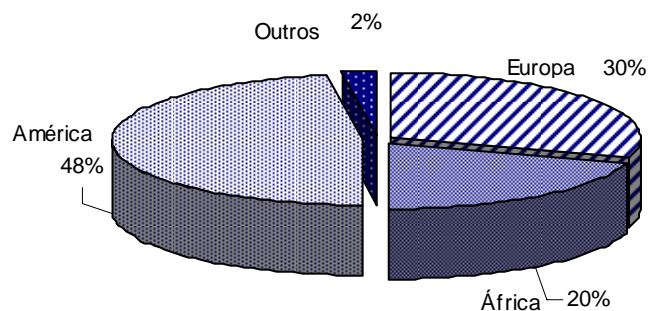
Emigração por Destinos

	2001	2002	2003	2004	2005
América do Norte	96	95	72	61	50
Bermuda e Outros	115	139	258	351	428
Total	211	234	330	412	478

Fonte: SREA.

Relativamente à população estrangeira, residiam legalmente na Região Autónoma dos Açores 3 015 cidadãos, número superior ao registado em 2004 (2 931), e que corresponde a uma variação positiva de 2,9%. Merecem particular destaque os nacionais de países do continente americano e do europeu, que representavam 48% e 30%, respectivamente, do total de estrangeiros com o estatuto legal de residentes.

População Estrangeira Residente, Segundo a Nacionalidade, 2005



Em 2005, solicitaram estatuto de residente na Região Autónoma dos Açores, 173 indivíduos de nacionalidade estrangeira, correspondendo a um decréscimo de 36% face ao ano anterior e, dos quais, 61,8% do sexo masculino e 38,1% do sexo feminino. Cessaram o estatuto de residente na Região, 94 cidadãos estrangeiros, dos quais 59,6% do sexo masculino e 40,4% do sexo feminino.

2. MERCADO DE TRABALHO

Em 2005, manteve-se o crescimento continuado da população activa dos Açores, embora com menor expressão que no ano anterior. A actividade feminina também manteve a tendência anterior de aumento, registando-se uma taxa de desemprego de 4,1%, das menores verificadas no espaço nacional.

Em 2005, a economia regional terá proporcionado a criação líquida de cerca de quatro centenas de postos de trabalho. Face ao aumento superior da população activa, registou-se um ligeiro agravamento da taxa de desemprego. Todavia, um valor de desemprego na vizinhança dos 4%, indicia ainda uma situação de quase pleno emprego nos Açores.

A taxa de actividade global aumentou cerca de 0,4%, em relação a 2004, mercê também de uma maior participação da mulher no mercado de trabalho.

A população inactiva (reformados, domésticos, jovens, outros) teve uma variação negativa em 2005. Porém, enquanto a nível nacional o segmento "doméstico" representa cerca de 18% do total dos inactivos, nos Açores essa relação é superior a 26%, perspectivando assim um potencial de diminuição do índice de dependência.

Condição da População Perante o Trabalho

	Nº Individuos							
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
População Activa.....	97 664	98 553	99 008	100 646	103 645	105 099	108 586	109 773
Empregada.....	93 408	95 464	96 171	98 360	100 974	102 066	104 892	105 283
Desempregada.....	4 256	3 089	2 837	2 286	2 671	3 033	3 694	4 490
População Inactiva...	139 099	138 204	137 724	136 309	134 175	134 440	132 583	131 873
Tx. de Actividade (%) .	41,2	41,5	41,8	42,4	43,5	43,8	45,0	45,4
Tx. de Actividade Feminina (%).....	28,8	28,4	28,7	30,2	31,4	32,1	33,4	33,8
Tx. de Desemprego (%)	4,4	3,1	2,9	2,3	2,6	2,9	3,4	4,1

Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego.

Em termos da repartição sectorial do emprego, o ano de 2005 reconfirmou a tendência que se vem desenhando desde alguns anos: uma diminuição ligeira, mas persistente, da representatividade dos sectores primário e da indústria, por contrapartida da afirmação crescente do sector comercial e dos serviços.

Estrutura da População Segundo os Sectores de Actividade

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Sector Primário.....	17,9	18,4	16,4	13,8	13,4	12,8	12,5	12,4
Sector Secundário..	23,5	25,2	25,9	28,2	29,2	28,2	26,4	25,4
Sector Terciário	58,6	56,4	57,7	58,0	57,4	59,0	61,1	62,2
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego.

Sob o ponto de vista da situação na profissão, em 2005 ter-se-á registado uma ligeira diminuição do peso relativo dos trabalhadores por conta própria no contexto do emprego. Nos Açores, os trabalhadores por conta de outrem representam mais de $\frac{3}{4}$ do emprego regional, com um peso ligeiramente mais significativo no emprego masculino do que no feminino.

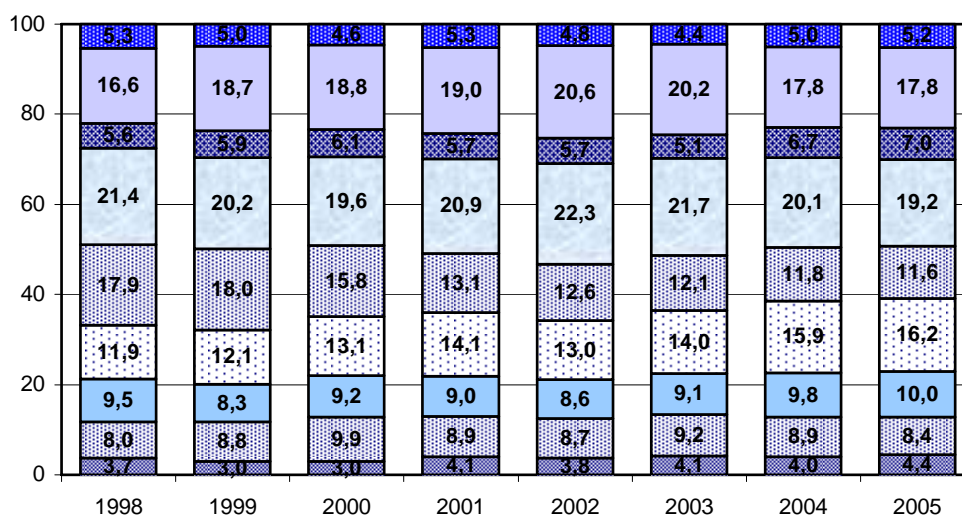
Estrutura do Emprego por Situação na Profissão

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Trabalhador por conta própria.....	25 181	24 050	21 833	22 031	24 169	22 259	20 899	20 959
Trabalhador por conta de outrem.....	64 274	67 460	71 034	73 940	73 973	77 134	81 785	82 245
Outros.....	3 953	3 954	3 304	2 389	2 832	2 673	2 208	2 079
Total.....	93 408	95 464	96 171	98 360	100 974	102 066	104 892	105 283

Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego.

A análise do emprego por profissão está associada ao nível de desenvolvimento e estrutura da economia regional e também ao nível da qualificação da mão-de-obra. Assim, mais de metade dos empregados açorianos ou são “Operários, artífices e trabalhadores similares” (19,2%), ou “Pessoal dos serviços e vendedores” (16,2%) ou ainda “Trabalhadores não qualificados” (17,8%). Por outro lado, quando analisada a população empregada segundo o nível de habilitações, verifica-se que 78% dos trabalhadores açorianos dispõem de formação escolar correspondente aos ciclos básicos.

Estrutura do Emprego por Situação na Profissão (%)



- Outros n/ especificados
- Trabalhadores não qualificados
- ⊠ Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem
- Operários, artífices e trabalhadores similares
- ⊠ Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas
- Pessoal dos serviços e vendedores
- Pessoal administrativo e similares
- ⊠ Técnicos e profissionais de nível intermédio
- ⊠ Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores das empresas

3. PREÇOS

Em 2005 observou-se uma redução do nível de crescimento dos preços nos Açores. Entre Dezembro de 2004 e Dezembro de 2005, a taxa de variação média dos últimos 12 meses do Índice de Preços no Consumidor (IPC) passou de 2,7% para 2,5%, o que significa uma redução de 0,2 décimas de p.p. no indicador mais utilizado para medir a inflação.

Índice de Preços no Consumidor

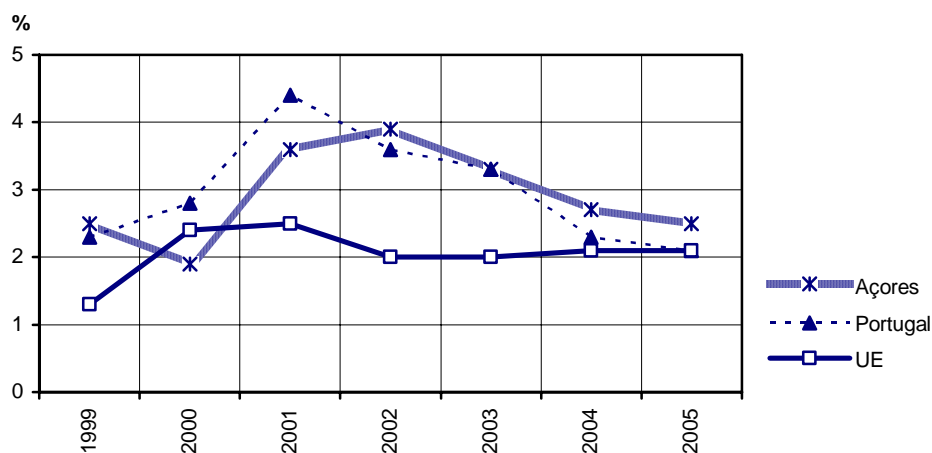
Variação média dos últimos 12 meses - %

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Total	2,0	3,6	3,9	3,3	2,7	2,5
Total excepto Habitação.....	1,9	3,7	3,6	3,1	2,8	2,4
Total excepto Habitação e Produtos Sazonais	2,1	3,6	3,5	3,0	2,9	2,5

Fonte: SREA.

Observando as evoluções médias anuais dos preços verifica-se que, a partir de 2000, a aproximação dos ritmos de crescimento dos preços no consumo se tem processado por excesso, ou seja, a convergência nominal do crescimento dos índices de preços a nível nacional e regional se tem concretizado pela redução dos níveis superiores de inflação, quando comparado com o ritmo de crescimento na Europa comunitária.

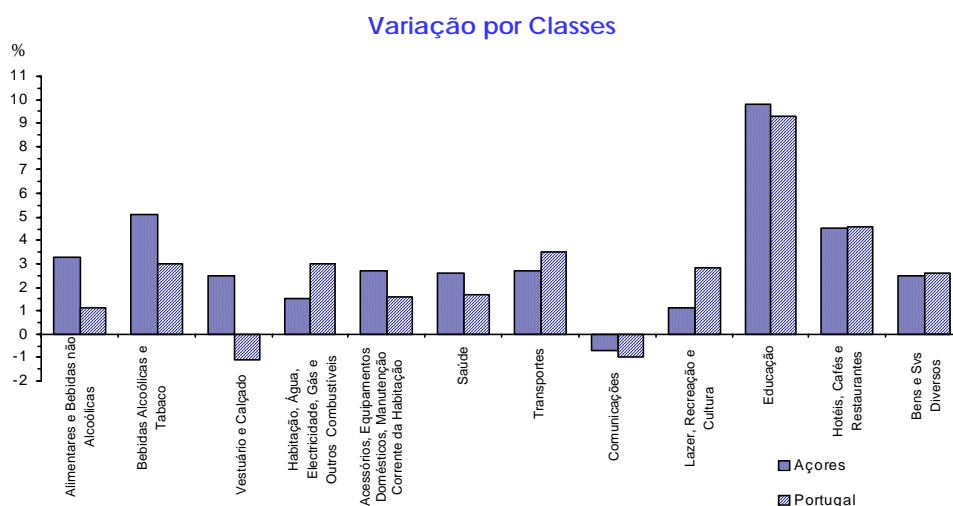
Evolução de Preços IPC e IHPC



Fonte: INE, SREA, DREPA.

Comparando as variações de preços nos Açores com as médias nacionais, segundo as classes de despesa, sobressai, naturalmente, o paralelismo das variações das diversas classes.

A actualização das propinas na educação ditou que este sector conhecesse a variação mais forte de preços, em 2005. No caso do vestuário e calçado continua a evidenciar-se o fenómeno dos saldos e das promoções a nível nacional, que não será acompanhado com a mesma intensidade nos Açores. De realçar ainda que as classes dos produtos "Alimentares e bebidas não alcoólicas", "Comunicações" e "Lazer, recreação e cultura"m que tiveram evoluções opostas nos Açores, quando referenciadas ao resto do país.



Fonte: SREA.

Os efeitos da variação destes preços segundo as diversas classes são ponderáveis pelas suas representatividades no conjunto do cabaz de produtos que serve de base aos cálculos do Índice de Preços no Consumidor. Deste modo se a variação de preços foi máxima na classe de educação, a maior contribuição efectiva para o aumento do índice de preços do consumidor foi o sector dos transportes, já que estes têm uma representatividade muito maior nas despesas dos agregados domésticos.

Variao e Contribuio por Classes de Despesa em 2005

Classes de Produtos	Peso da Classe (%)	Variao Anual (%)	Contribuio Efectiva
Total Geral	100,0	2,5	2,5
Alimentares e Bebidas não Alcoólicas	24,0	1,4	0,3
Bebidas Alcoólicas e Tabaco	4,0	1,9	0,1
Vestuário e Calçado	6,5	-3,2	-0,2
Habitao., gua, Electricidade, Gás e Outros Combustiveis	12,0	4,0	0,5
Acessórios, Equip. Domst. e Manut. Corrente da Habitao	8,9	0,5	0,0
Saúde	6,3	1,7	0,1
Transportes	17,9	7,3	1,3
Comunicaoes	3,6	1,5	0,1
Lazer, Recreao e Cultura	5,4	-0,2	0,0
Educao	0,7	9,4	0,1
Hotéis, Cafés e Restaurantes	5,2	1,1	0,1
Bens e Serviços Diversos	5,8	3,1	0,2

Fonte: SREA.

4. MOEDA E CRÉDITO

Em 2005, os depósitos e os créditos bancários registaram, em termos nominais, um crescimento bastante significativo, 22,8% e 29%, respectivamente. Assim sendo, os depósitos atingiram um montante de 2.308 milhões de euros e os créditos atingiram um montante de 3.013 milhões de euros.

Ao corrigir a evolução nominal pelo IPC regional, 2,5% para 2005, apuraram-se taxas de crescimento "reais" de 19,8% para os depósitos e de 25,9% para os créditos.

Após um abrandamento do crescimento dos créditos em 2004, no ano em apreciação voltou a registar-se uma aceleração na transformação de poupanças em activos de financiamento, representando já o volume de créditos concedidos 131% dos depósitos captados.

Depósitos e Créditos Bancários

10⁶ Euros

Evoluções	Depósitos	Créditos ¹⁾	Créditos/Depósitos (%)
Absoluta			
2000.....	2 199	1 543	70,2
2001.....	2 127	1 799	84,6
2002.....	1 759	2 038	115,9
2003.....	1 822	2 499	137,2
2004.....	1 880	2 335	124,2
2005.....	2 308	3 013	130,5
Relativa Nominal (Δ %)			
2001/2000.....	-3,3	16,6	
2002/2001.....	-17,3	13,3	
2003/2002.....	3,6	22,6	
2004/2003.....	3,2	-6,6	
2005/2004.....	22,8	29,0	
Relativa "Real" (Δ %)			
2001/2000.....	-6,6	12,5	
2002/2001.....	-20,4	9,0	
2003/2002.....	0,3	18,7	
2004/2003.....	0,5	-9,0	
2005/2004.....	19,8	25,9	

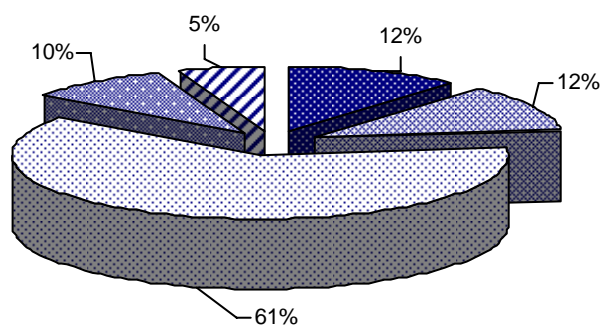
1) Não inclui crédito titulado.

Fonte: Banco de Portugal, Boletim Estatístico, Março de 2006.

Depósitos

Os depósitos de particulares no sistema bancário, com exclusão dos emigrantes, continuam a ser a principal componente da estrutura de depósitos no sistema. Em 2005, apesar de em termos absolutos se registar um abrandamento do ritmo de crescimento, em peso relativo representam ainda 61% do valor global de depósitos na Região.

As componentes de depósitos de emigrantes, das empresas não financeiras e do sector público administrativo, têm dimensões bem mais reduzidas.

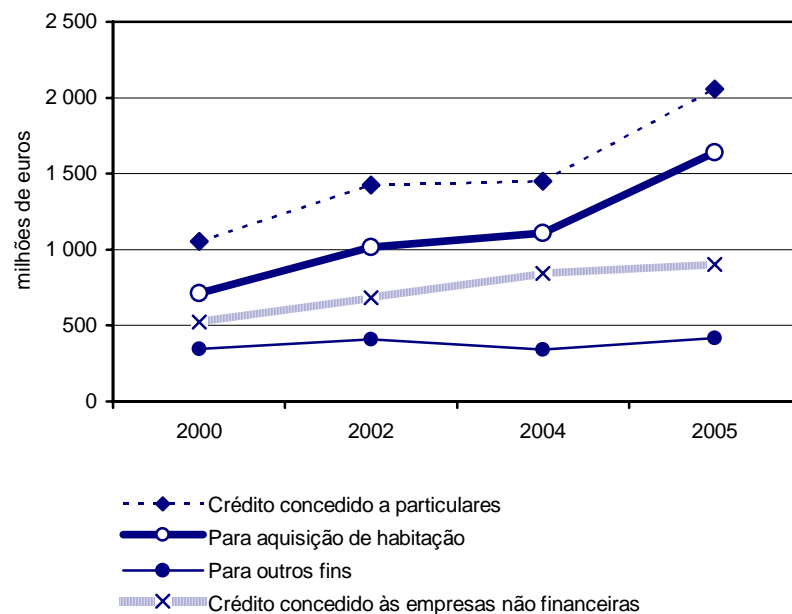


- Depósitos de IFNM
- Depósitos de empresas não financeiras, excl. Adm. Públicas
- Depósitos de particulares, excluindo emigrantes
- Depósitos de emigrantes
- Depósitos Sector Público Administrativo

Créditos

No ano de 2005, observou-se uma perda de importância relativa do crédito concedido ao sector empresarial, no total da procura de moeda junto do sector bancário, ainda que, em termos nominais, tenha aumentado o crédito concedido ao sector. A tendência de aumento do endividamento dos particulares manteve-se em 2005, tendo estado, à

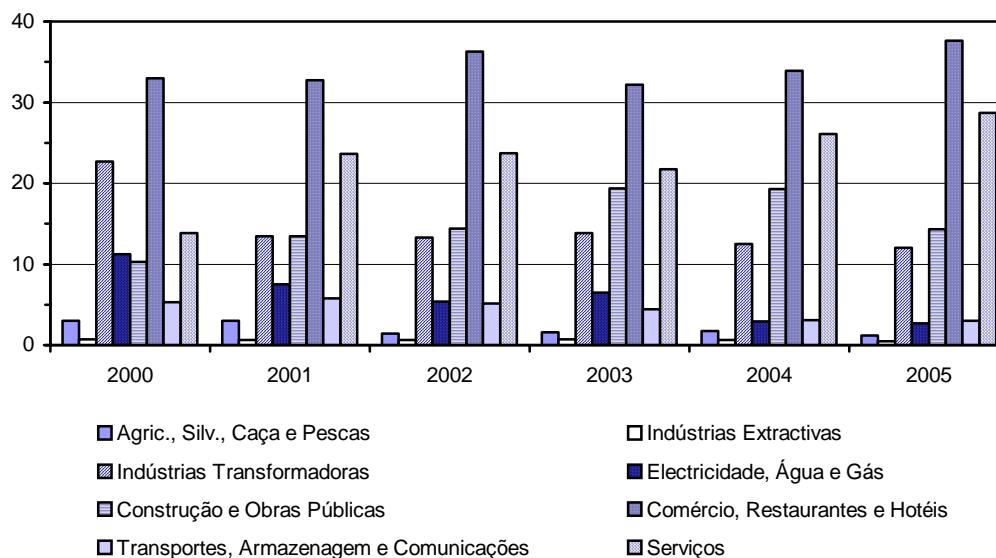
semelhança do verificado nos anos anteriores, essencialmente associado ao aumento do crédito bancário para aquisio de habitao. Manteve-se praticamente inalterado a expressão relativa do crédito a particulares para outros fins, que não a habitao.



Os dados disponíveis quanto  repartio por sector de actividade económica dos empréstimos concedidos a sociedades no financeiras revelam que, no final de 2005, o sector do Comércio, Restaurantes e Hotis e dos Serviços continuam a concentrar as operao activas do sector bancário nos Açores. Os empréstimos ao sector dos serviços continuam a registar um crescimento do seu peso no total, havendo a destacar que, o subsector das actividades imobiliárias foi o que mais contribuiu para a expansão dos empréstimos.

Na linha do que tem sucedido nos últimos anos, o crescimento acima da média do crédito aos sectores acima referidos, e principalmente do crédito a particulares para aquisio de habitao, implicou um aumento da concentrao de risco de crédito nos sectores relacionados com o mercado imobiliário.

Crédito Concedido às Sociedades não Financeiras por Sector de Actividade (%)



Distribuição Geográfica

As instituições com sede nos Açores aumentaram a sua quota de mercado, quer ao nível dos depósitos, quer no crédito. Porém, a liderança do mercado pertence às instituições com sede no continente, na concessão de crédito, enquanto se mantém a posição dominante do sector regional na captação de depósitos.

Depósitos e Créditos segundo a Sede nas Instituições

Anos	Depósitos em instituições com sede em			Créditos em instituições com sede em		
	Açores	Continente	Total	Açores	Continente	Total
2004	59,2	40,8	100,0	39,7	60,3	100,0
2005	62,6	37,4	100,0	44,5	55,5	100,0

Fonte: Banco de Portugal, Estatísticas Monetárias e Financeiras da R.A.A..

5. FINANÇAS PÚBLICAS

Evolução Geral

Na Conta da Região Autónoma dos Açores, em 2005, apurou-se um montante de 834,7 milhões de euros de receitas e 822,5 milhões de euros de despesas, ou seja, um saldo positivo de cerca de 12 milhões de euros. Em relação ao ano de 2004 as receitas tiveram um aumento de 10,7% e as despesas de 12,3%.

Nas receitas arrecadadas destaca-se o crescimento do financiamento com origem nos impostos e nas taxas, reduzindo-se a necessidade de recorrer a outras fontes de financiamento, designadamente a contracção de empréstimos.

No lado das despesas, as correntes registaram uma taxa de variação anual de 2,4%, representando 62,7% do total. As despesas do Plano registaram a maior variação dos últimos cinco anos, 34,2%, passando a representar cerca de 37% do total. As despesas de capital registaram variações positivas mas, sem alterar a sua representatividade.

Aplicações e Financiamento — Conta da RAA

	Montante (Milhões de Euros)				Estrutura %				Crescimento Δ%		
	2002	2003	2004	2005	2002	2003	2004	2005	03/02	04/03	05/04
RECEITAS (Corr.+Capital)	728,5	707,8	754,2	834,7	100,0	100,0	100,0	100,0	-2,8	6,6	10,7
Receitas fiscais (Imp.+Tax.).....	422,3	428,1	488,7	506,7	58,0	60,5	64,8	60,7	1,4	14,1	3,7
Transferências.....	243,8	260,9	257,0	259,5	33,5	36,9	34,1	31,1	7,0	-1,5	0,9
Empréstimos.....	56,6	0,0	0,0	0,0	7,8	0,0	0,0	0,0	100,0	-	-
Outras.....	5,7	18,8	8,5	68,5	0,8	2,7	1,1	8,2	228,6	-54,7	705,9
DESPESAS	728,6	707,9	732,3	822,5	100,0	100,0	100,0	100,0	-2,8	3,4	12,3
Despesas Correntes	482,9	493,8	503,9	515,9	66,3	69,8	68,8	62,7	2,3	2,0	2,4
Despesas de Capital	28,8	1,7	2,3	3,3	4,0	0,2	0,3	0,4	-94,0	31,8	42,2
Despesas do Plano...	216,9	212,3	226,1	303,3	29,8	30,0	30,9	36,9	-2,1	6,5	34,2

Fonte: Conta da R. A. A..

Receitas

Receitas – Conta da RAA

Milhares de Euros

Receitas	2004	2005
Receitas Correntes	542 743	589 700
Impostos directos	153 086	159 215
dos quais:		
IRS	109 427	116 580
IRC	43 311	42 391
Outros	348	244
Impostos indirectos	333 780	343 616
dos quais:		
Imposto de selo.....	31 049	18 899
IVA.....	260 730	271 954
Imposto s/ consumo tabaco .	19 765	22 129
Outros	22 236	30 634
Taxas, multas, outras penalid. ...	1 799	3 868
Rendimentos de propriedade ...	511	1 459
Transferências	50 000	77 803
Outras receitas	3 567	3 739
Receitas de Capital	211 506	245 040
Venda de bens de investim.	291	96
Transferências	207 047	181 656
Activos financeiros	1 692	60 788
Passivos financeiros	0	0
Outras receitas.....	2 476	2 500
Total	754 249	834 740

Fonte: Conta da R.A.A..

Em 2005, as Receitas Correntes atingiram 589,7 milhões de euros e as Receitas de Capital somaram 245,0 milhões de euros, traduzindo respectivamente crescimentos de 8,7% e 15,9%, em relao ao ano anterior.

Das diferentes rubricas, sobressai a diminuico em termos nominais dos valores de IRC, por oposico ao aumento generalizado das diferentes rubricas. O IVA e as transferências representam mais de 90% das receitas.

Despesas

Em 2005, as despesas correntes totalizaram os 515,9 milhões de euros. Deste montante, 261,8 milhões de euros corresponderam a despesas com pessoal e 219,5 milhões de euros foram relativos a transferências. Os encargos correntes com a dvida ascenderam a cerca de 7,2 milhões de euros, menos 0,2 milhões que no ano de 2004.

Despesas — Conta da RAA

Milhares de Euros

	2004	2005
Despesas Correntes	503 859	515 933
Pessoal	252 135	261 784
Aquisição de bens e serviços.....	16 323	17 068
Encargos correntes da dívida	7 371	7 164
Transferências correntes....	218 182	219 473
Subsídios	0	0
Outras despesas correntes	9 849	10 445
Despesas de Capital	2 286	3 251
Aquisição de bens de capital	1 371	1 325
Activos financeiros	0	0
Passivos financeiros	0	0
Transferências de capital .	624	1 624
Outras despesas de capital	291	303
Despesas do Plano	226 141	303 370
Total	1 732 286	822 554

Fonte: Conta da R.A.A..

As despesas de capital registaram um montante de 3,3 milhões de euros, abrangendo principalmente as transferências e a aquisição de bens de capital. Também neste ano, não se registaram passivos financeiros, derivados de amortização de dívidas.

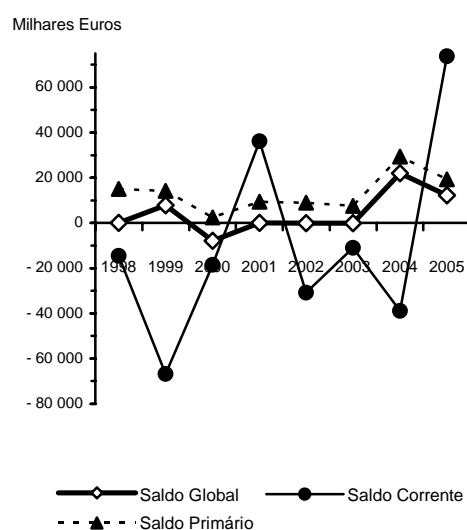
A execução do respectivo Plano Anual originou um montante de despesa de 303,4 milhões de euros, mais 77 milhões de euros que em 2004.

Saldos

O saldo corrente apurado em 2005, resultante da diferença entre receitas e despesas correntes, atingiu um valor positivo na ordem dos 73,8 milhões de euros.

Se juntarmos o saldo de capital no valor de -61,6 milhões de euros, obtém-se um saldo global positivo de 12,2 milhões de euros.

Antes de pagamento de encargos da dívida pública, o saldo apurado, com a designação de saldo primário, era de 19,3 milhões de euros.



Dívida Pública Directa

A dívida pública atingiu os 275 milhões de euros, em 2005, valor que se mantém constante desde alguns anos.

O serviço da dívida de 7,2 milhões de euros correspondeu basicamente a juros, já que não se registaram amortizações.

Dívida Pública Regional

	Mil Euros			
	2002	2003	2004	2005
Dívida Pública Directa	275 030	275 030	275 030	275 030
Moeda Nacional.....	147 837	147 837	147 837	147 837
Moeda Estrangeira	127 193	127 193	127 193	127 193
Serviço da Dívida	9 073	7 592	7 372	7 158
Juros	9 057	7 592	7 371	7 158
Amortizações	0	0	0	0
Outros encargos.....	16	0	1	0

Fonte: Conta da R.A.A..

6. AGRICULTURA

No ano agrícola 2004/2005, observou-se uma certa estabilidade nos volumes produzidos, com excepção da cultura da beterraba sacarina que continua a apresentar de forma continuada uma variação positiva, triplicando a quantidade produzida no período compreendido entre 2005 e o ano de 1999.

Produção das Principais Culturas, R.A.A.

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Batata Cedo.....	6.323	6.508	6.103	5.923	4.699	4.984	4 984
Batata Tarde.....	21.746	21.548	20.402	20.162	12.878	14.344	15 137
Beterraba Sacarina.....	6.301	7.699	8.976	7.040	5.265	9.330	18 654
Chá.....	79	86	97	123	116	125	112
Milho Grão.....	2.889	2.580	2.292	1.985	1.843	1.830	1 799
Milho Forragem.....	363.645	218.885	199.643	160.462	154.365	155.333	152 893
Tabaco.....	178	187	140	90	104	138	125
Vinho*.....	52.602	55.399	41.450	47.373	32.787	21.121	20 073

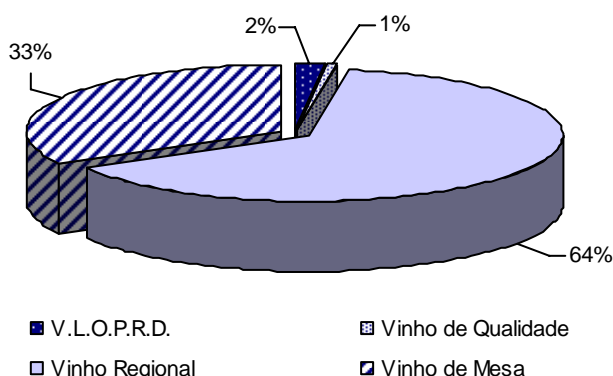
* Unidade - Hectolitros

Fonte: SREA, INE.

Relativamente à produção de vinho, verificou-se uma ligeira quebra de 5%, face ao ano anterior. O designado “vinho regional” continua a aumentar a sua quota na produção regional, representando perto de 2/3 do total, constituindo assim, a espécie vinica mais representativa da produção, seguida do vinho de mesa com 33%.

A ilha Terceira foi a ilha que mais contribuiu para a produção de vinho na região (cerca de 60% da produção total).

Produção Vinícola em 2005



O volume de leite recebido nas fábricas atingiu cerca de 500 milhões de litros, o que representa um acréscimo de cerca de 2%, em relação ao ano anterior. Este volume de leite representa cerca de 25% da produção nacional.

Nos produtos transformados o leite para consumo atingiu 75 milhões de litros, registando um crescimento médio anual de 13,5%. O leite industrializado é consumido predominantemente na forma de UHT.

No grupo dos outros produtos transformados, os designados produtos lácteos, a produção atingiu 48,9 mil toneladas, continuando a destacar-se os queijos pela representatividade e pela evolução. De destacar que a produção regional de queijo de vaca representa cerca de 47% da produção nacional e a manteiga $\frac{1}{4}$ da produção total deste produto registada no país.

Produção e Transformação de Leite

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Leite recebido nas fábricas (1000 lt.)	474 231	501 963	482 789	505 010	492 211	491 276	499 801
Leite p/consumo (1000 lt)	43 391	48 467	45 108	49 776	52 852	65 797	74 670
Produtos lácteos (ton.s)	49 247	51 530	48 384	51 845	51 289	49 681	48 887
Manteiga	6 915	7 277	5 825	6 969	7 325	6 794	6 568
Queijo	22 496	24 552	25 387	26 158	25 459	26 075	27 229
Leite em Pó.....	19 633	19 509	16 997	18 542	18 271	16 557	14 782
Iogurtes.....	203	192	175	176	234	255	309

Fonte: SREA.

A produção de carne registou um total de 30 milhares de toneladas, o que traduz um acréscimo de 5,7% relativamente ao ano anterior.

Contrariamente aos anos anteriores, a evolução registada nos diversos tipos de carne foi positiva, com particular incidência no gado bovino abatido, que registou um acréscimo de 12,4% em relação ao ano anterior.

Produção de Carne

	2001	2002	2003	2004	2005
Gado bovino abatido.....	6 028	7 477	7 998	7 247	8 147
Gado bovino exportado vivo.....	10 664	13 641	14 078	11 983	12 222
Sub - total.....	16 692	21 118	22 076	19 230	20 368
Gado suíno abatido.....	5 187	5 396	5 798	5 364	5 688
Aves (abate).....	2 778	3 395	3 318	3 565	3 720
Total	24 657	29 909	31 192	28 159	29 776

Fonte: SREA.

7. PESCAS

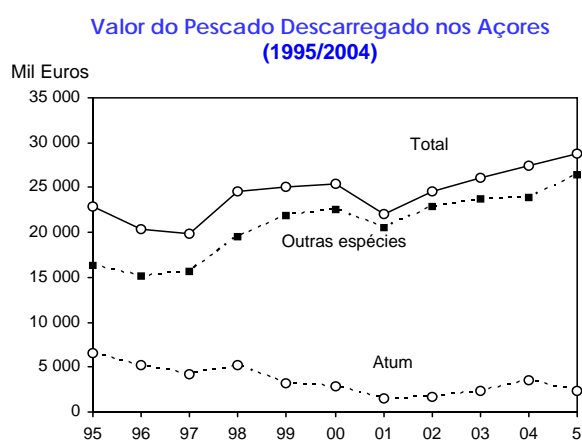
Em 2005, a actividade piscatória, medida pelo volume de pescado descarregado nos portos de pesca da Região traduz-se em valores ligeiramente acima das 9 mil toneladas, às quais corresponderam valores brutos de produção na ordem dos 28,7 milhões de euros. Em termos de preço médio, em 2005 observou-se um aumento da valorização de todo o pescado, tendo-se registado um acréscimo de 5%, do rendimento da actividade piscatória, face ao ano anterior.

Pescado Descarregado nos Portos

	Anos					Δ%			
	2001	2002	2003	2004	2005	02/01	03/02	04/03	05/04
Volume (Tons)									
Total	6 925	7 840	10 013	11 042	9 254	13,2	27,7	10,3	-16,2
Tunídeos	1 479	1 821	3 505	5 228	3 113	23,1	92,5	49,2	-40,5
Restante Pescado	5 446	6 019	6 508	5 814	6 141	10,5	8,1	-10,7	5,6
Valor (Mil Euros)									
Total	22 043	24 607	26 119	27 452	28 745	11,6	6,1	5,1	4,7
Tunídeos	1 594	1 747	2 390	3 537	2 336	9,6	36,8	48,0	-34,0
Restante Pescado	20 449	22 860	23 729	23 915	26 409	11,8	3,8	0,8	10,4
Preço (Euro/Kg)									
Total	3,18	3,14	2,61	2,49	3,11	-1,4	-16,9	-4,7	24,9
Tunídeos	1,08	0,96	0,68	0,68	0,75	-11,0	-28,9	-0,8	10,9
Restante Pescado	3,75	3,80	3,65	4,11	4,30	1,1	-4,0	12,8	4,5

Fonte: SREA.

A evolução global do pescado descarregado nos portos caracteriza-se por a componente das diferentes variedades de pescado mais tradicional ocupar um lugar mais representativo, quando comparado à do pescado de atum industrial.



Entre as principais espécies de peixe descarregadas nos portos algumas destacam-se pelo volume enquanto outras se evidenciam pelo seu valor. Como exemplos do primeiro caso refere-se a cavala e o chicharro e do segundo o goraz e o cherne.

Principais Espécies Descarregadas

	Toneladas					Mil Euros					Euro/Kg				
	2001	2002	2003	2004	2005	2001	2002	2003	2004	2005	2001	2002	2003	2004	2005
Abrótea	151	173	200	193	141	637	725	782	746	568	4,2	4,2	3,9	3,9	4,0
Cações e líxas	93	112	90	57	45	148	140	103	92	54	1,6	1,3	1,1	1,6	1,2
Cavala	266	194	261	434	312	292	245	242	324	279	1,1	1,3	0,9	0,7	0,9
Cherne	229	283	270	189	307	1 994	2 506	2 533	2 137	2 884	8,7	8,9	9,4	11,3	9,4
Chicharro	1 091	1 450	1 501	1 246	1 222	1 684	2 313	1 992	2 014	1 928	1,5	1,6	1,3	1,6	1,6
Congro	207	181	144	115	113	656	645	508	421	377	3,2	3,6	3,5	3,7	3,3
Goraz	473	531	408	405	715	4 522	5 144	4 340	5 140	7 608	9,6	9,7	10,6	12,7	10,6
Outros	2 936	3 095	3 634	3 175	3 286	10 516	11 142	13 229	13 041	12 711	3,6	3,6	3,6	4,1	3,9
TOTAL						20									
	5 446	6 019	6 508	5 814	6 141	449	22 860	23 729	23 915	26 409	3,8	3,8	3,6	4,1	4,3

Fonte: SREA.

Pescadores e Embarcações

	2001	2002	2003	2004	2005
Pescadores matriculado	4 138	3 684	3 417	3 853	3 797
Embarcações - Nº ...	1 624	1 629	1 617	1 582	1 584
Embarcações - TAB...	13 302	13 274	11 710	10 824	10 833
Pescadores/Nº Embarcações	3	2	2	2	2
TAB/Nº Embarcações	8	8	7	7	7

Fonte: SREA.

No ano de 2005 estavam matriculados na actividade da pesca 3 797 pescadores. O número de embarcações existentes, ascendiam a 1 584 unidades, com um total de capacidade de 10,8 milhares de toneladas de arqueação bruta.

O número de matrículas de pescadores decresceu em relação ao ano anterior, mas situa-se dentro da ordem de grandeza dos últimos anos. Quanto às embarcações, após um ligeiro decréscimo do seu número nos últimos anos, em 2005 observou-se uma estabilização a par da manutenção da capacidade medida em tonelagem de arqueação bruta – TAB.

8. ENERGIA

Em 2005, a partir de dados relativos à produção de energia eléctrica, a partir de recursos renováveis, e da importação de combustíveis obtêm-se um volume de energia primária de cerca de 373,5 mil toneladas equivalentes de petróleo (tep). Este volume total incorpora um crescimento médio de 3,6% em relação ao ano anterior.

A produção regional de 33,7 mil toneladas representa um decréscimo em relação ao anterior, que ficou a dever-se, sobretudo, a uma variação geotermia, tendo a componente hidroelectricidade e eólica praticamente mantido o nível já atingido.

A importação global de combustíveis aumentou em 2005, embora o volume de gasolina tenha sido menor, por contrapartida de crescimentos nos outros combustíveis.

Consumo de Energia Primária

	mil tep's				
	2001	2002	2003	2004	2005
Produção Regional.....	39,9	37,1	37,4	36,6	33,7
Hidroeléctrica, Geotérmica e eólica ...	39,9	37,1	37,4	36,6	33,7
Importação.....	273,1	295,4	310,9	324,2	339,8
Gasolina.....	33,9	35,5	37,1	38,5	36,8
Gasóleo.....	117,6	126,1	134,9	136,2	137,5
Fuel-oil.....	94,8	105,7	110,4	120,7	136,7
GPL.....	26,6	27,9	28,4	28,7	28,8
Total	201,9	331,5	347,6	360,4	373,5

Fontes: EDA, SREA e DREPA.

Electricidade

Em 2005 a produção de electricidade atingiu os 750,1 GWh, representando um crescimento de 6,7% em relação ao ano anterior. O consumo deste tipo de energia somou os 667,5 GWh, representado mais 7,3% do que no ano anterior.

Sendo assim, observou-se uma maior eficiência no sistema, diminuindo em termos relativos o nível de perdas e auto consumo por unidade de energia produzida.

Electricidade - Balanço

	2002	2003	2004	2005
Produção.....	600,9	641,2	702,7	750,1
Perdas e Consumo das Centrais.....	75,1	81,1	80,7	82,6
Consumo.....	525,8	560,1	622,0	667,5

GWh

Fonte: EDA.

No ano de 2005 verificou-se uma produção mais intensa na electricidade gerada pelas centrais térmicas abastecidas por fuel-oil e gasóleo, que representaram, 76,9% e 7,6%, respectivamente do total da produção. A energia de origem geotérmica decresceu, em relação ao ano anterior, representando 9,4% do total.

No que respeita ao consumo mantêm-se uma distribuição mais equilibrada entre os respectivos segmentos. Todavia, o de comércio e serviços, que representou cerca de 32,3% do total, revelou uma certa expansão, em contrapartida do da indústria.

No que respeita à distribuição por ilhas, São Miguel representa mais de metade da produção de electricidade, ao mesmo tempo que em termos de capitação de consumo, além daquela ilha, também o Faial e a Terceira, assumem valores superiores à média. Na Terceira é onde se verifica maior consumo de energia eléctrica por instalação.

Distribuição por Ilhas - 2005

	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	RAA
Produção (GWh).....	18,8	400,1	193,0	11,6	25,1	39,8	50,4	10,3	1,1	750,1
Consumo por instalação (MWh/nº instalações).....	4,9	6,6	6,8	3,6	4,1	4,1	5,9	4,2	4,0	6,1
Consumidores (nº instalações)	3 380	54 825	24 892	2 983	5 402	8 307	7 245	2 253	236	109 523

Fonte: EDA.

9. COMÉRCIO COM O ESTRANGEIRO

Através dos últimos dados disponíveis à data, reportados ao ano de 2004, o valor das vendas de produção regional para o estrangeiro atingiu os 33,2 milhões de euros, enquanto as compras no exterior ascendiam a 84,8 milhões de euros. O saldo negativo apurado nestes fluxos ascende a 51,5 milhões de euros.

Comércio com o Estrangeiros - Componentes

	1000 euros		
	Entradas	Saídas	% Cobertura
2001	95 874	28 169	29,4
2002	105 004	23 986	22,8
2003	102 161	45 852	44,9
2004	84 769	33 245	39,2

Fonte: INE.

A taxa de cobertura das compras pelas vendas de 39,2%, inferior ao do ano precedente, sintetiza um maior desequilíbrio nesta relação observado no comércio com o espaço europeu comunitário, em comparação com o verificado no comércio extra-comunitário.

Comércio com o Estrangeiros – 2004

	Intra Comunitário	Extra Comunitário
Entradas	52 260	32 509
Saídas	19 898	13 347
Taxa de Cobertura	38,1	41,1

Fonte: INE.

Por grandes categorias de produtos, os alimentares e bebidas detêm uma preponderância acentuada nos fluxos de mercadorias e produtos com o exterior, mais nas vendas para o estrangeiro do que nas entradas /importações. Nestas últimas, observa-se o aprovisionamento no estrangeiro de produtos de tipo industrial e de transporte que o mercado nacional não oferecerá, pelo menos nas melhores condições.

Comércio com o Estrangeiro – Grandes Categorias

1 000 Euros

	Entradas	Saídas
Produtos Alimentares e Bebidas	26 243	24 844
Fornecimentos Industriais		
Não Especificados Noutras Categorias	29 571	641
Máquinas, Outros Bens de Capital (Excepto Material de Transporte)	5 372	633
Material de Transporte	6 280	1 254
Bens de Consumo Não Especificados Noutras Categorias	2 549	1 550
Outros Produtos	14 754	4 323

Fonte: INE.

Nos fluxos comerciais com o exterior ao país observa-se uma evoluo semelhante  dos anos anteriores: a concentrao das vendas em 3 países, a Itália (conservas), os Estados unidos e Canadá (mercado da saude), e uma maior dispersão do aprovisionamento, onde se destacam alguns países europeus (cereais, sementes, adubos vestuário e máquinas diversas) e os EUA (cereais, alimentos para animais, etc.).

Comércio Internacional por Zonas e Países – 2004

1 000 Euros

	Entradas/Importaoes	Saídas/Exportaoes
União Europeia	52 260	19 898
Espanha	12 944	700
Itália	896	11 369
França	13 337	285
Holanda	15 515	1 644
Reino Unido	6 127	
Bélgica	299	3 495
Outros	3 142	2 405
Estados Unidos da América	11 754	3 584
Canadá	3 918	2 891
Brasil	3 027	6
PALOP(s)	..	1 617
Outros	13 810	5 249

Fonte: INE.

10. TURISMO

A capacidade de alojamento turística regional, medida através das camas existentes no conjunto da hotelaria tradicional mais as do turismo em espaço rural somou, no ano de 2005, cerca de 8 250 camas, mais 300 camas que no ano precedente de 2004.

Apesar do crescimento significativo e constante da oferta turística, a procura tem também aumentado, proporcionando assim algum equilíbrio neste mercado, com maior dinamismo para o lado da procura. Em consequência, em 2005 verificou-se um incremento da taxa de ocupação na hotelaria regional.

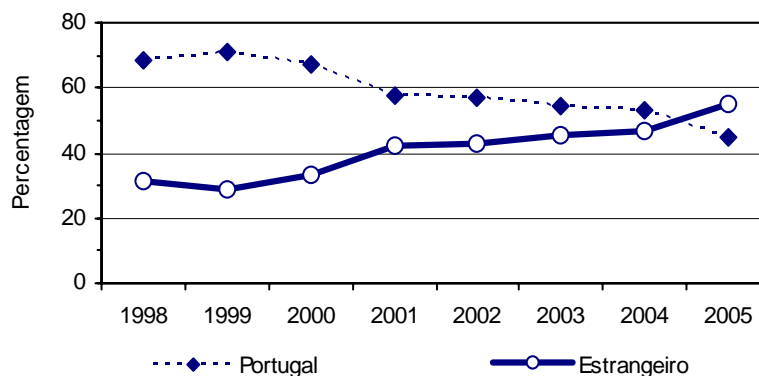
Procura e Ofertas Turísticas

Anos	Dormidas (milhares)	Capacidade de Alojamento (camas)				Tx. Ocupação (%)
		Hotelaria Tradicional	Turismo em espaço Rural	Outros	Total	
2001	864,8	4 645	249	454	5 348	44,3
2002	912,3	5 474	251	475	6 200	40,3
2003	926,0	6 396	238	427	7 061	35,9
2004	1 089,3	7 486	271	444	8 201	36,4
2005	1 246,6	7 935	308	265	8 508	40,1

Fonte: SREA, Estatísticas do Turismo.

Em 2005, o mercado estrangeiro passa a representar 55% do volume total de dormidas, invertendo a tendência de domínio do mercado nacional que existia até então. Esta situação resulta de um esforço que tem vindo a ser realizado no sentido de se diversificar a origem da procura turística.

Dormidas na Hotelaria por Nacionalidade dos Hóspedes



Dos hóspedes residentes no estrangeiro destacam-se os oriundos dos países Nórdicos que em 2000 não chegavam aos 13 milhares, para em 2005 aproximarem-se de um volume recorde de 65 mil, quase metade do número global de hóspedes com residência no estrangeiro. Em 2005, assinala-se a duplicação do número de hóspedes oriundos do Reino Unido. Mercados como o de Espanha, que lhe eram comparáveis, também registaram crescimentos, mas a um ritmo menor. Verificou-se uma quebra do número de dormidas de visitantes provenientes de França.

Procura – Principais Mercados

Residência dos Hóspedes

	Hóspedes (milhares)						Δ %				
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	01/00	02/01	03/02	04/03	05/04
Portugal.....	168,4	185,4	198,4	181,3	204,7	206,7	10,1	7,0	-8,6	12,9	1,0
Estrangeiro.....	64,5	90,7	86,4	92,6	108,7	140,0	40,7	-4,7	7,1	17,4	28,7
EUA/Canadá....	10,6	11,8	9,8	9,9	10,4	14,6	11,0	-16,9	1,4	5,2	39,7
Alemanha.....	12,5	12,6	11,4	13,3	16,8	17,0	0,5	-9,3	16,3	26,3	1,2
França.....	7,0	7,4	7,9	9,4	8,9	7,1	5,5	6,7	19,7	-5,3	-20,2
Reino Unido.....	5,9	6,8	5,4	6,4	6,4	12,3	14,9	-19,7	17,9	-1,1	92,9
Espanha.....	2,9	3,7	3,5	4,3	5,8	8,2	26,9	-6,3	23,4	36,6	41,6
Países Nórdicos.	12,7	34,4	34,3	34,9	43,1	64,9	170,6	-0,1	1,6	23,6	50,7

Fonte: SREA, Estatísticas do Turismo.

O índice global de sazonalidade variou pouco, registando-se, todavia, um aumento deste factor na procura oriunda do estrangeiro, por contrapartida de uma diminuição da componente nacional.

Sazonalidade

Índice de dispersão relativa*

	Total	Portugal	Estrangeiro
1999	0,51	0,44	0,70
2000	0,43	0,39	0,53
2001	0,46	0,47	0,49
2002	0,42	0,44	0,40
2003	0,40	0,42	0,40
2004	0,41	0,48	0,38
2005	0,43	0,43	0,45

* Divisão do desvio padrão pela média da distribuição.

Fonte: SREA, Cálculo a partir de dados das Estatísticas do Turismo.

As receitas de exploração da hotelaria açoriana atingiram, em 2005, um valor de cerca de 53 milhões de euros, cerca de 6 milhões mais que no ano anterior.

As evoluções das receitas, e as de aposentos em particular, ficaram a dever-se mais à evolução da procura absoluta de dormidas do que aos respectivos preços das diárias (receitas de aposentos/dormidas).

Exploração da Hotelaria

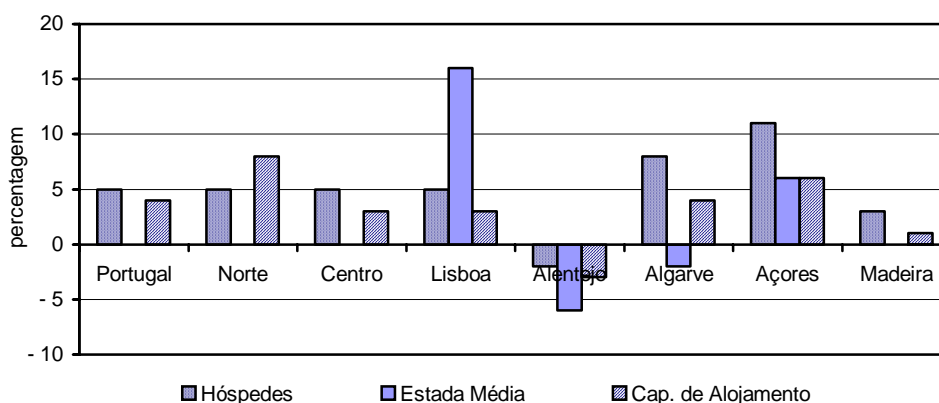
Receitas e Despesas

Indicadores	Períodos				Δ%		
	2002	2003	2004	2005	03/02	04/03	05/04
Receitas Totais (mil euros)	38 027,4	40 331,1	46 970,4	52 952,6	6,1	16,5	12,7
Receitas de aposentos (mil euros)	27 817,7	28 149,2	32 327,6	37 594,9	1,2	14,8	16,3
Despesas com pessoal (mil euros)	12 392,6	15 400,0	17 775,7	20 075,0	24,3	15,4	12,9
Desp.com pessoal/Receitas totais (%)	32,6	38,2	37,8	37,9	17,2	-0,9	0,2
Receitas aposentos/dormidas (euros)	41,7	43,6	43,1	30,2	4,5	-1,0	-30,1
IPC – Índ. de Preços no Consumidor ..	-	-	-	-	3,3	2,7	2,5

Fonte: SREA, Estatísticas do Turismo.

No quadro do território nacional, tomando a hotelaria tradicional, observa-se que nos Açores as variáveis do lado da procura (número de hóspedes e estada média) e a capacidade de alojamento, para além de registar evoluções positivas, demonstraram, em média, um dinamismo superior e mais equilibrado, quando comparadas com as variações verificadas em outros espaços do território nacional.

Evolução do Número de Hóspedes, da Estada Média e da Capacidade de Alojamento, Portugal e NUTS II, 2004-2005



11. TRANSPORTES

Em 2005, os dados disponíveis sobre os movimentos de passageiros apontam para algumas alterações em relação às tendências desenhadas no passado próximo, à excepção do movimento aéreo de passageiros que vem aumentando paulatinamente desde há alguns anos. Com efeito, observou-se uma evolução positiva no movimento de passageiros nos transportes terrestres colectivos de passageiros, em oposição a uma evolução anterior no sentido da redução, em contraste com uma redução no movimento de passageiros por via marítima, quando nos anos anteriores a evolução foi de sinal contrário.

Tráfego de Passageiros

	2002	2003	2004	2005
Terrestre (a).....	99 023	99 805	98 632	101 337
Marítimo.....	456 988	468 986	467 846	461 070
Aéreo (b).....	776 700	770 767	821 862	839 301

(a) Passageiros Km – Transportes Colectivos.

(b) Metade dos Movimentos dos Passageiros nos Aeroportos.

Fonte: SREA.

Os movimentos de passageiros nos aeroportos vêm revelando ligeiras alterações na sua composição segundo os diversos tipos de tráfego. O tráfego interno (na prática inter-ilhas) é ainda o que regista maior número de frequência, e representa perto de metade de todo o movimento nos aeroportos.

Movimento de Passageiros nos Aeroportos, segundo o tipo de tráfego

	Interno	Territorial	Internacional	Total
Volume				
2003	751 555	626 404	163 574	1 541 533
2004	804 604	654 588	184 532	1 643 724
2005	786 258	668 890	223 453	1 678 601
Estrutura				
2003	48,8	40,6	10,6	100,0
2004	49,0	39,8	11,2	100,0
2005	46,8	39,8	13,3	100,0
Crescimento				
2004/2003	7,1	4,5	12,8	6,6
2005/2004	-2,3	2,2	21,1	2,1

Fonte: SREA.

As cargas movimentadas nos portos comerciais da Região atingiram em 2005 um volume global de cerca de 2,8 milhões de toneladas. Nos aeroportos e aeródromos regionais também se verificou um aumento da movimentaco de carga, embora se trate de valores muito inferiores aos apurados no transporte marítimo.

Cargas Movimentadas

	2001	2002	2003	2004	2005
Aeroportos	12,7	13,1	13,3	12,8	13,2
Portos	2 501,8	2 647,8	2 726,9	2 797,1	2 825,6
Total.....	2 514,5	2 660,9	2 740,2	2 809,9	2 838,8

1000 Ton.

Fonte: SREA: DRTAM.

Relativamente ao parque automóvel da Região e, segundo os dados disponibilizados pelo Instituto de Seguros de Portugal para o ano de 2005, registou-se uma variao positiva (2%) face ao ano anterior, cifrando-se em 103.659 veículos*. Esta evoluo, que se vem verificando desde 2003, tem acompanhado a tendência, igualmente crescente, da venda de veículos automóveis novos, ligeiros e comerciais.

Considerando que as categorias de veículos predominantes na Região são as de automóveis ligeiros e mistos, a evoluo das vendas deste tipo de veículos terá obrigatoriamente reflexo no parque automóvel quer na sua dimensão, quer na sua antiguidade. Neste particular, os Açores  das regiões do país com o parque automóvel mais jovem: 36,8% de veículos com vida útil entre os cinco e dez anos e, 32,5% de veículos com vida útil superior a dez anos (situando-se a média do país em 41,3%).

Parque Automóvel da R.A.A.

	2003	2004	2005	Δ % 04/03	Δ % 05/04
Parque Automóvel	97 018	101 659	103 659	4,8	2
Venda de veículos automóveis novos (ligeiros e comerciais)	4 247	4 354	4 784	2,5	9,9

Fonte: Instituto de Seguros de Portugal.

* Apuramento efectuado tendo por base as matriculas reportadas pelas empresas de seguros  data de 31 de Dezembro de 2005.

12. EDUCAÇÃO

No ano lectivo 2004/2005 registou-se um ligeiro acréscimo no número total de matrículas/inscrições, contrariando a tendência decrescente e continuada que se tem vindo a verificar, nos últimos anos. Este crescimento deveu-se particularmente ao aumento das inscrições na educação Pré – Escolar nas duas redes de ensino e nas matrículas no Ensino Profissional da rede privada.

Efectivamente, como se pode constatar no quadro seguinte, continua a tendência descendente de matrículas no currículo regular, exceptuando o Ensino Secundário que apresenta um acréscimo de 1,9%, em relação ao ano anterior. Por sua vez, a via do ensino profissional continua a apresentar uma evolução crescente, sendo ilustrativo o crescimento registado no ensino oficial através do PROFIJ, de 33% em relação ao ano anterior.

**Matrículas nas Escolas da Região, por Ano de Escolaridade
Ensino Oficial e Particular**

Anos Lectivos	Currículo Regular					Progra- ma Cida- dania	Ensino Recor- rente	Progra- ma Opor- tunidade	PROFIJ	Ensino Profis- sional	Total Geral
	JI	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Sec.						
1995/96	6 819	19 716	9 527	11 419	8 818		2 619			237	59 155
1996/97	7 044	19 191	9 635	11 404	114		2 655			383	59 426
1997/98	6 977	18 659	9 523	11 320	028		2 728			458	58 693
1998/99	6 803	18 157	9 033	11 274	602		2 288		356	627	57 140
1999/00	6 793	17 638	8 730	11 017	473		1 633		373	747	55 404
2000/01	7 341	17 254	8 322	11 390	613		1 709		318	1 118	55 065
2001/02	7 318	16 448	8 340	10 587	342	112	2 292	776	339	1 411	54 965
2002/03	7 634	16 292	7 993	10 337	936	111	1 675	815	330	1 971	54 094
2003/04	7 710	16 125	8 007	9 517	831	52	1 026	1 151	917	2 358	53 244
2004/05	8 121	15 926	7 809	9 359	504	60	941	1 117	1 220	2 391	53 448

Nota: Não foram incluídas as matrículas em creches, uma vez que as mesmas só começaram a ser consideradas, apenas, nos últimos três anos lectivos.

Fonte: Direcção Regional da Educação - Estatísticas da Educação.

A taxa de escolarização apresenta valores crescentes nas idades correspondentes ao ensino pré-escolar e a partir dos 14 anos, embora ainda se registre valores inferiores ao desejável nas idades correspondentes ao ensino secundário.

Taxas de Escolarização por Idades e Anos Lectivos*

IDADES	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05
3 anos.....	40,3	44,2	46,6	50,8
4 anos.....	73,3	78,2	74,2	85,9
5 anos.....	100,0	100,0	100,0	99,6
6 anos.....	100,0	100,0	100,0	100,0
7 anos.....	100,0	100,0	100,0	100,0
8 anos.....	100,0	100,0	100,0	100,0
9 anos.....	100,0	100,0	100,0	100,0
10 anos.....	100,0	100,0	100,0	100,0
11 anos.....	97,5	100,0	100,0	100,0
12 anos.....	97,5	100,0	100,0	100,0
13 anos.....	93,4	100,0	100,0	100,0
14 anos.....	92,5	100,0	98,3	100,0
15 anos.....	81,7	86,7	86,0	87,2
16 anos.....	71,9	72,1	73,7	77,6
17 anos.....	58,4	62,3	60,2	65,6
18 anos.....	40,5	42,4	40,2	39,3
19 anos.....	25,1	25,9	26,4	25,0

%

Fonte: Direcção Regional da Educação - Estatísticas da Educação.

O aproveitamento escolar oscila entre os 87,0% no 4.º ano de escolaridade e os 54,1% no 12.º ano, confirmando um maior aproveitamento escolar nos ciclos do ensino geral e obrigatório do que no secundário, revelando ainda um certo caminho a percorrer para um melhor consecução de patamares mais elevados de eficiência.

Aproveitamento Escolar nas Escolas da Região, por Ano de Escolaridade (a)

Taxas de Transição

Ensino Oficial e Particular

Ano de Escolaridade	00/01	01/02	02/03	03/04	04/05
4º (1)	81,1	85,3	82,8	85,3	87,0
6º (2)	80,3	75,1	75,9	77,1	79,6
9º (3)	80,4	71,4	73,2	74,9	78,0
12º (4)	41,9	49,4	45,5	44,6	54,1

a) Não Inclui o Ensino Profissional nem o Ensino Recorrente.

1) Ano terminal do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

2) Ano terminal do 2.º Ciclo do Ensino Básico.

3) Ano terminal do 3.º Ciclo do Ensino Básico.

4) Ano terminal do Ensino Secundário.

Fonte: Direco Regional da Educao - Estatisticas da Educao.

Ao nível dos equipamentos e infra-estruturas observa-se uma estabilidade do número de estabelecimentos, em linha com uma politica de integrao vertical da Educao Pré-Escolar e do Ensino Básico e na concentrao das actividades escolares do 1.º ciclo e da Educao Pré – escolar num único edifício em cada freguesia ou conjunto de freguesias, justificando, deste modo, a diminuio verificada no número de estabelecimentos (Resoluo n.º 10/2004, de 22 de Janeiro).

Porém, o número de salas de aula tem aumentado, em virtude de expansão do ensino secundário na generalidade dos concelhos da Região, tendo provocado a ampliao de infra-estruturas já existentes, nomeadamente no que se refere a laboratórios e outros espaços específicos destinados ao ensino experimental das ciências e tecnologias, e até mesmo a construo de novas escolas, para aquele nível de ensino.

A combinao de diversos factores, entre os quais a oferta de melhores condioes materiais, a evoluo do número de alunos e também a do número de docentes, tem originado "ratios" mais vantajosos, quando se toma a relao número de alunos por docente ou o número de alunos por sala de aula.

Ensino Não Superior

	2003/2004	2004/2005
	4	
Estabelecimentos	311	312
Alunos	48 205	48 096
Docentes.....	4 232	5 221
Salas de aula.....	2 595	2 732
Alunos/Docente.....	11	9
Alunos/Salas	19	18

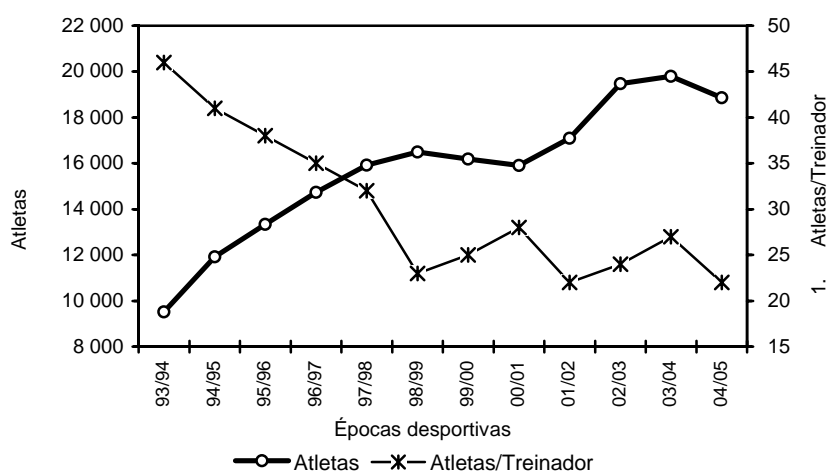
Fonte: DRE, Estatisticas da Educao 2003/2004 e 2004/2005.

13. DESPORTO

Ao nível do desporto federado, o número de inscritos na época de 2004/2005 foi ligeiramente inferior ao registado no ano precedente, aproximando-se dos cerca de 19 milhares de atletas praticantes e de 840 treinadores.

Em termos da relação entre o número de praticantes e os técnicos das diferentes modalidades observou-se um ratio – 22 atletas por treinador - mais propiciador de uma maior qualidade do acompanhamento técnico da evolução dos praticantes.

Desporto Federado nos Açores



De um total de 18.858 praticantes, 14 042 eram do sexo masculino e 4 816 do sexo feminino. Continuou-se a registar um maior número de praticantes federados nos escalões de formação (73,9%), relativamente aos seniores (26,1%).

Em termos de representatividade das diversas modalidades poderão agrupar-se dois conjuntos segundo as características:

- prática individual, que atraem largas centenas ou mesmo à volta de um milhar de praticantes, como os 631 de golfe, 551 de

kickboxing-full-contact, 534 de natação, 562 de "karaté", 1 020 de ténis, 889 de judo, 884 de atletismo e 1 431 de ténis de mesa;

- ou de prática em equipa, envolvendo praticantes em número superior ou na ordem dos milhares, como os 1 120 de andebol, 1 366 de basquetebol, 1 999 de voleibol e os 5 039 de futebol.

Com efeito, o futebol destaca-se em relação às outras modalidades pelo número de praticantes, representando 26,7% do total. O voleibol é a segunda modalidade mais praticada, representando 10,6%.

Na época desportiva de 2004/2005 participaram 8 721 praticantes em provas regionais (6 032) e nacionais (2 689), em 21 modalidades. As provas que movimentaram o maior número de participantes, tanto a nível regional como nacional, foram as de futebol e de voleibol.

Ao nível da formação, foram realizadas 186 acções de formação para agentes desportivos não praticantes, em 21 modalidades e 77 acções de formação para praticantes desportivos, em 15 modalidades.

14. CULTURA

Os museus e as bibliotecas públicas representam meios privilegiados de desenvolvimento de acções culturais, seja pelas capacidades patrimoniais e funcionais existentes, seja pelos diversos públicos que podem atrair.

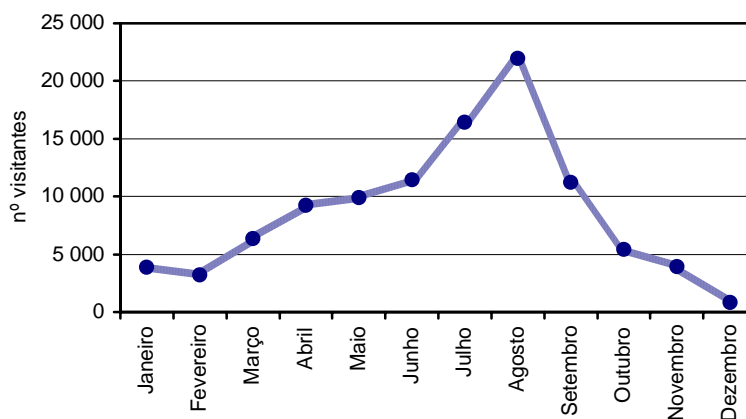
A procura de leitores nas bibliotecas revela, depois de uma ligeira quebra nos finais da década de noventa, uma intensificação do crescimento nos anos mais próximos, evoluindo também as condições oferecidas aos leitores.

Movimento na Rede Regional de Bibliotecas Públicas – 2005

	Leitores					Total
	Biblioteca				Arqui-vo	
	Leitores	Internet	Outros	Total		
Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada	68 279			68 279	2 907	71 186
Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo	19 031	3 969		23 000	1 085	24 085
Biblioteca Pública e Arquivo da Horta	6 435	1 494	2 703	10 632	642	11 274
	93 745	5 463	2 703	101 911	4 634	106 545

Fonte: Direcção Regional da Cultura.

Em 2005, os cerca de 104 mil visitantes dos museus regionais fizeram-no principalmente durante os meses de verão, a que não será estranho que seja nessa estação do ano que se verifica o período normal de férias dos residentes e a maior intensidade dos fluxos turísticos.



À semelhança dos anos anteriores, também em 2005 tiveram lugar um conjunto diversificado de eventos de índole cultural nos Açores, destacando-se, em relação ao ano anterior, o número de exposições realizadas, o lançamento de obras (livros e CD's) e ainda a realização de festivais/encontros.

Eventos

	Quantidade	Equipamentos Utilizados
Exposições.....	68	19
Espectáculos.....	55	32
Conferências.....	30	7
Workshops.....	26	10
Ciclos de Cinema.....	3	3
Feiras do Livro.....	3	3
Animação Bibliotecas.....	24	6
Dias Mundiais.....	26	20
Dia dos Açores.....	3	3
Encontros/Festivais/e Temporadas.....	7	3
Lançamento de CD's/Livros.....	8	5
Concursos.....	2	2
Total.....	255	113

Fonte: Direcção Regional da Cultura.

Durante o ano de 2005, os apoios financeiros às actividades culturais, enquadrados juridicamente pelo Decreto Legislativo Regional nº22/97/A, atingiram um montante na ordem dos 883 mil euros.

15. SAÚDE

Equipamentos de Saúde

A rede regional de saúde compreende 3 Hospitais, 16 Centros de Saúde, 90 Unidades de Saúde e 33 Postos de Enfermagem. Em 2005 estavam ainda em actividade 46 farmácias.

	2005
Hospitais.....	3
Centros de Saúde	16
Unidades de Saúde	90
Postos de Enfermagem ..	33
Farmácias.....	46
Total.....	188

Fonte: Direcção Regional de Saúde, SREA.

Em termos da actividade desenvolvida pelas unidades de saúde manteve-se a tendência anterior: alguma estabilidade no volume das consultas, uma maior utilização de meios de diagnóstico e de terapêuticas e um aumento do pessoal em actividade no sector. As vacinações são praticadas nos centros de saúde, tendo atingido um volume de actos na ordem dos sessenta e nove milhares.

Indicadores Gerais

	2002	2003	2004	2005	Δ%		
					03/02	04/03	05/04
Profilaxia/vacinas	80 036	76 468	70 978	68 882	-4,5	-7,2	-3,0
Consultas mais urgências..	875 034	903 086	898 567	913 912	3,2	-0,5	1,8
Internamentos (doentes saídos).....	28 460	28 531	27 704	27 372	0,2	-2,9	-1,2
Diagnósticos e terapêuticas (meios)	2 508 511	2 707 185	3 053 548	3 159 475	7,9	12,8	3,5
Pessoal total.....	4 066	4 039	4 099	4 214	-0,7	1,5	2,8

Fonte: Direcção Regional de Saúde.

Em 2005, em média, cada residente na Região obteve 2 consultas médicas, junto dos estabelecimentos da rede pública de saúde. Por outro lado, 1 em cada 8,6 indivíduos residentes nos Açores esteve internado num estabelecimento de saúde.

Consultas e Urgências

	2002	2003	2004	2005	Δ%		
					03/02	04/03	05/04
Consultas	431 871	464 368	473 958	481 555	7,5	2,1	1,6
Consultas Centros de Saúde ..	271 437	292 363	286 350	291 897	7,7	-2,1	1,9
Consultas Hospitais	160 434	172 005	187 608	189 658	7,2	9,1	1,1
Urgências	443 163	438 718	424 009	432 357	-1,0	-3,4	2,1
Urgências Centros de Saúde..	281 541	279 424	270 706	277 797	-0,8	-3,1	2,8
Urgências Hospitais.....	161 622	159 294	153 303	154 560	-1,4	-3,8	0,8
Consultas por Habitante.....	1,8	1,9	2,0	2,0			
Centros de Saúde.....	1,1	1,2	1,2	1,2			
Hospitais	0,7	0,7	0,8	0,8			
Internamentos por 1 000 Hab.	119,8	120,1	116,6	114,9			
Centros de Saúde.....	18,9	18,3	17,7	17,1			
Hospitais	100,9	101,8	98,9	97,8			

Fonte: Direcção Regional de Saúde, DREPA.

A taxa de ocupação anual das camas ronda um valor próximo dos 60%, estando estabilizada uma oferta de 4 camas hospitalares por cada milhar de habitantes.

Os movimentos de internamento nos hospitais e nos centros de saúde têm mantido características de certa estabilidade, situando-se a estada média dos doentes entre 7 e 8 dias.

Internamento

	2002	2003	2004	2005	Δ%		
					03/02	04/03	05/04
Doentes saídos.....	28 460	28 531	27 704	27 372	0,2	-2,9	-1,2
Dias de internamento	218 713	220 562	211 743	207 901	0,8	-4,0	-1,8
Lotação.....	964	977	972	988	1,3	-0,5	1,6
Demora média (dias).....	7,7	7,7	7,6	7,6			
Camas por 1 000 habitantes....	4,0	4,1	4,0	4,1			
Taxa de ocupação (%).....	62,2	61,9	59,7	57,7			

Fonte: Direcção Regional de Saúde.

Nos Açores, em 2005, no sistema regional de saúde foram executados 2,7 milhões de exames e análises, o que representa um crescimento de 1,7% dos meios complementares de diagnóstico, em relação ao ano anterior.

Por sua vez, os meios complementares de terapêutica somaram 424,5 mil actos, o que representa um aumento de 16,7% em relao ao ano anterior.

Meios Complementares

	2002	2003	2004	2005	$\Delta\%$		
					03/02	04/03	05/04
Diagnóstico.....	2 197 880	2 360 416	2 689 171	2 734 950	7,4	13,9	1,7
Terapêutica	310 631	346 769	364 377	424 525	11,6	5,1	16,7
Total	2 508 511	2 707 185	3 053 548	3 159 475	7,9	12,8	3,5

Fonte: Direco Regional de Saúde.

Em 2005, o número de pessoas em actividade nos serviços dos hospitais e dos centros de saúde atingiu um total de 4 214 profissionais.

Registou-se um crescimento significativo do número de médicos a exercer nos Açores e também de enfermeiros, ainda que com menor expressão relativa.

Pessoal

	2002	2003	2004	2005	$\Delta\%$		
					03/02	04/03	05/04
Médicos.....	435	466	465	506	7,1	-0,2	8,8
Enfermeiros.....	1 011	1 013	1 036	1 095	0,2	2,3	5,7
Técnicos de diagnóstico e terapêutica.....	203	202	212	216	-0,5	5,0	1,9
Outro pessoal	2 417	2 358	2 386	2 397	-2,4	1,2	0,5
Total	4 066	4 039	4 099	4 214	-0,7	1,5	2,8
Médicos por 1 000 habitantes	1,8	1,9	1,9	2,1			
Enfermeiros por 1 000 habitantes	4,2	4,2	4,3	4,5			

Fonte: Direco Regional de Saúde.

16. SEGURANÇA SOCIAL

O valor global das receitas registadas pelo Centro de Gestão Financeira da Segurança Social foi de cerca de 165,0 milhões de euros, em 2005, o que representa um crescimento de 6,7% em relação ao ano anterior. As despesas tiveram um crescimento superior, 17,1%, atingindo o montante de 148,8 milhões de euros.

Pese embora a evolução superior das despesas, as contas foram encerradas com um saldo global positivo de 16,2 milhões de euros. Apesar de se ter registado um aumento ligeiro da taxa de desemprego em 2005 e, considerando que a componente da População Activa é a componente com maior peso na estrutura da despesa (componente que abrange o subsídio de desemprego), tal não foi suficiente para se verificar qualquer saldo negativo.

Receitas e Despesas Correntes

	Montante (Milhares de Euros)				Estrutura %				Crescimento Δ%		
	2002	2003	2004	2005	2002	2003	2004	2005	03/02	04/03	05/04
Receitas.....	140 250	149 548	154 630	165 029	100,0	100,0	100,0	100,0	6,6	3,4	6,7
Contribuições.....	136 353	145 459	150 863	161 801	97,2	97,3	97,6	98,0	6,7	3,7	7,3
Rendimentos.....	550	485	339	651	0,4	0,3	0,2	0,4	-11,9	-30,1	92,1
Outras.....	3 346	3 604	3 428	2 577	2,4	2,4	2,2	1,6	7,7	-4,9	-24,8
Despesas.....	109 348	117 037	127 129	148 808	100,0	100,0	100,0	100,0	7,0	8,6	17,1
Prestações dos regimes	51 784	55 510	59 690	65 100	47,4	47,4	47,0	43,7	7,2	7,5	9,1
Acção Social.....	23 925	24 815	27 466	31 300	21,9	21,2	21,6	21,0	3,7	10,7	14,0
Administração e outras.....	33 639	36 713	39 973	52 408	30,8	31,4	31,4	35,2	9,1	8,9	31,1
Saldo (Receitas - Despesas)	30 902	32 510	27 501	16 221							
Saldo (Contrib. - Prestações)	84 570	89 949	91 174	96 701							

Fonte: CGFSS.

Na evolução dos valores das prestações dos diversos regimes registou-se uma certa incidência na componente da Terceira Idade (26%) e da População Activa (16%), havendo apenas uma redução de despesa na componente de Invalidez e Reabilitação que decresceu à taxa média anual de 19,7%. O aumento da componente da População Activa estará

associado a um aumento da taxa de desemprego que se registou no ano de 2005, implicando um aumento da atribuição dos subsídios de desemprego.

Despesas – Prestações dos Regimes

	Montante (Milhares de Euros)				Estrutura %				Crescimento Δ%		
	2002	2003	2004	2005	2002	2003	2004	2005	03/02	04/03	05/04
Infância e Juventude.....	16 221	16 491	18 377	18 372	31,3	29,7	30,8	28,2	1,7	11,4	0,0
População Activa	18 502	22 675	23 634	27 372	35,7	40,8	39,6	42,0	22,6	4,2	15,8
Família e Comunidade..	14 007	13 828	15 292	16 731	27,0	24,9	25,6	25,7	-1,3	10,6	9,4
Invalidez e Reabilitação...	1 049	994	851	683	2,0	1,8	1,4	1,04	-5,2	-14,4	-19,7
Terceira Idade	2 005	1 522	1 536	1 941	3,9	2,7	2,6	3,0	-24,1	0,9	26,4
Total.....	51 784	55 510	59 690	65 100	100,0	100,0	100,0	100,0	7,2	7,5	9,1

Fonte: CGFSS.

Nas despesas com a acção social destaca-se o facto de todas as componentes terem aumentado, implicando um agravamento da despesa total em cerca de 14%, face ao ano anterior.

Despesas – Acção Social

	Montante (Milhares de Euros)				Estrutura %				Crescimento Δ%		
	2002	2003	2004	2005	2002	2003	2004	2005	03/02	04/03	05/04
Infância e Juventude.....	13 419	13 279	14 626	16 304	56,1	53,5	53,3	52,1	-1,0	10,1	11,5
Família e Comunidade..	1 509	1 660	1 510	2 631	6,3	6,7	5,5	8,4	10,0	-9,0	74,2
Invalidez e Reabilitação...	2 128	2 343	2 857	3 199	8,9	9,4	10,4	10,2	10,1	22,0	12,0
Terceira Idade	6 869	7 534	8 472	9 167	28,7	30,4	30,8	29,3	9,7	12,5	8,2
Total.....	23 925	24 815	27 466	31 300	100,0	100,0	100,0	100,0	3,7	10,7	14,0

Fonte: CGFSS.

17. SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

A informação e o acesso à mesma, são factores cada vez mais importantes no desenvolvimento, organização e vida colectiva das sociedades modernas. A utilização das tecnologias da informação e da comunicação (TIC), nomeadamente o computador e a Internet, tem vindo a aumentar nos últimos anos e tem abrangido, de forma generalizada, todos os sectores da sociedade: população, educação, administração regional e local, saúde, empresas, entre outros.

Famílias

Segundo dados obtidos do Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e Comunicação nas Famílias, para 2005, na Região Autónoma dos Açores 41% dos agregados domésticos possuíam computador e 37,4% tinham acesso à Internet a partir de casa. Efectuando uma análise evolutiva destes indicadores observa-se que, entre 2002 e 2005, a percentagem de agregados domésticos que possuíam computador cresceu 17% e a com ligação à Internet, 20%.

Na ligação à Internet, regista-se um crescimento da ligação através de banda larga, em detrimento das ligações analógicas convencionais.

Como principais factores que condicionam a expansão da Internet nos agregados domésticos, podem ser apontados o custo de acesso e a falta de informação e formação sobre a utilização desta tecnologia.

Posse de Computador e Ligação à Internet pelos agregados domésticos – R.A.A.

	Anos				Δ%		
	2002	2003	2004	2005	03/02	04/03	05/04
Posse de computador.....	24,0	32,0	35,8	41,0	8,0	3,8	5,2
Ligação à Internet	17,0	22,0	31,3	37,4	5,0	9,3	6,1

Fonte: INE; UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP.

Na óptica dos utilizadores, constata-se que, 33,4% dos indivíduos utilizaram o computador e 26,3% acederam à Internet. Maioritariamente são os grupos etários mais jovens a utilizar estas tecnologias, sendo a proporção de homens superior à de mulheres. A utilização de computador e da Internet varia na razão directa do nível de instrução: a proporção de utilizadores é superior nos indivíduos que possuem o ensino superior e secundário em relação aos indivíduos que possuem até ao 3.º ciclo básico.

São os estudantes e os empregados, os grupos que mais utilizam o computador e a Internet. As competências adquiridas ao nível da utilização de computador e de Internet são, maioritariamente, devidas a processos de auto – aprendizagem.

A comunicação e pesquisa de informação são as actividades mais frequentes no uso da Internet. Quanto ao recurso às TIC para encomendar e/ou comprar produtos e serviços, a maioria dos utilizadores, permanece pouco receptiva a esta modalidade alternativa ao comércio tradicional.

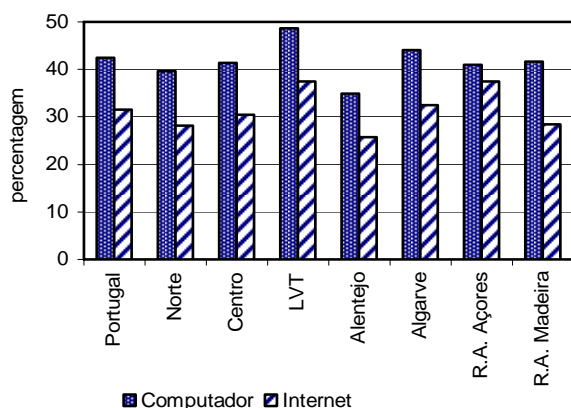
Utilização de Computador e de Internet pelos Indivíduos – R.A.A.

	Anos			Δ%	
	2003	2004	2005	04/03	05/04
Utilização de Computador	29,0	31,1	33,4	2,1	2,3
Utilização de Internet	20,0	22,5	26,3	2,5	3,8

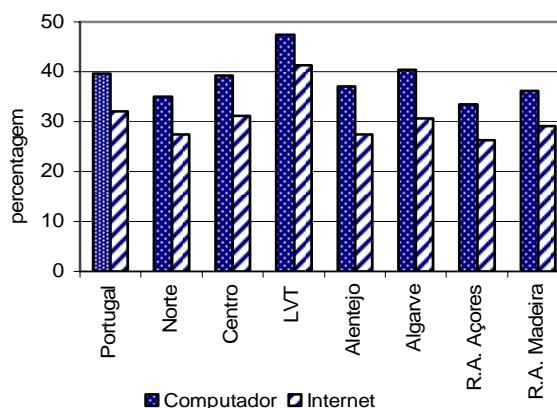
Fonte: INE; UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP.

Em termos nacionais, a Região Autónoma dos Açores regista, em 2005, no que se refere à posse de computador e Internet, valores próximos da média nacional, chegando, inclusivamente, a par de Lisboa e Vale do Tejo, a ultrapassar a média nacional quanto ao acesso à Internet em casa (37,4% na Regi, 31,5% para Portugal). Porém, embora apresente níveis de acesso à Internet elevados na óptica dos agregados, revela-se, à semelhança de outros anos, como a região onde a utilização de Internet é menos expressiva (26,3%, 32% para Portugal). O mesmo se passa em relação ao computador, os Açores é das regiões onde a proporção de utilizadores é menor face à média nacional (33,4%, 39,6% para Portugal).

Posse de computador e de Internet pelos agregados domésticos em 2005, NUTS II



Utilização de Computador e de Internet pelos indivíduos, em 2005, por região NUTS



Fonte: INE; UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP

Empresas

Na última década, as empresas têm manifestado uma crescente consciencialização para a importância do desenvolvimento tecnológico para o aumento da competitividade das mesmas, como revelam os dados obtidos no Inquérito à Utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação das Empresas de 2005.

Praticamente todas as empresas inquiridas utilizaram computador, e-mail e Internet, sendo mais preponderante nas médias empresas em relação àquelas com 10 e menos trabalhadores. A posse de Website é, entre as tecnologias analisadas, a que revela um menor nível de posse na generalidade das empresas.

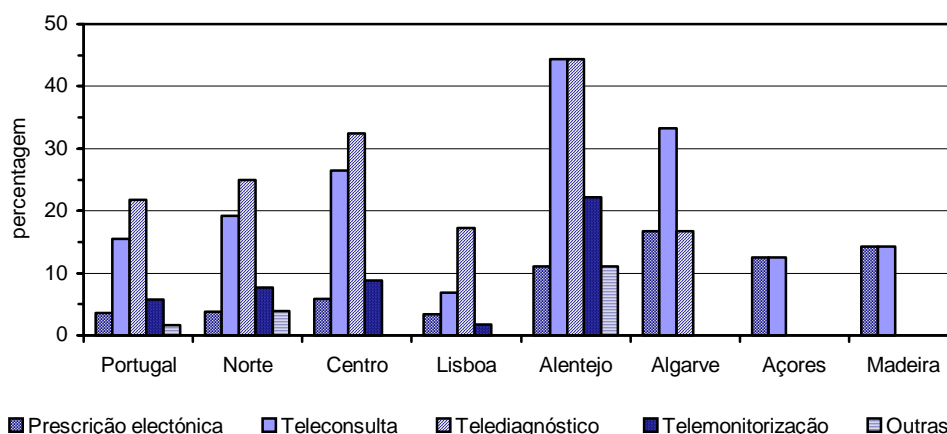
Relativamente à utilização da Internet, constatou-se que as empresas utilizaram a Internet, sobretudo, para interagir com organismos, entidades e autoridades públicas, com a finalidade de obter informações e obter, preencher e submeter formulários e/ou impressos on-line.

Hospitais

Segundo os últimos dados disponíveis, do Inquérito "Utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação nos Hospitais de 2004, a ligação à Internet bem como a disponibilização de correio electrónico para funcionários, encontram-se generalizados nos hospitais portugueses, incluindo os hospitais da Região. As actividades que os Hospitais mais desenvolvem utilizando a Internet são a procura e recolha de informação/documentação, consulta de catálogos de aprovisionamento e o acesso a bases de dados.

No que diz respeito às actividades de telemedicina desenvolvidas pelos hospitais, as mais frequentes são o telediagnóstico e a teleconsulta, embora este tipo de actividades ainda esteja pouco desenvolvido.

Actividades de Telemedicina desenvolvidas nos hospitais, por regiões NUTS II, 2004



Fonte: INE; UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP.

Administração Pública Regional

Segundo os últimos dados disponíveis, do Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Regional de 2004, 97% dos organismos da Administração Pública Regional dispõem de ligação à Internet e 75% desses organismos têm uma política de disponibilização do acesso à Internet a todos os trabalhadores, correspondendo a uma taxa de crescimento anual de 8,7%.

As actividades que os organismos desenvolvem utilizando mais frequentemente a Internet são a procura e recolha de informao/docu- mentaco (70%), acesso a base de dados (39%) e comunicao externa com outros organismos da Administrao Pública (36%).

A maioria dos organismos da Administrao Pública dos Açores (68%), têm presença na Internet, verificando-se uma taxa de crescimento anual de 28,3%. Os serviços que os organismos mais disponibilizam no Website são: Informao institucional acerca do Organismo (83%), informao acerca dos serviços prestados (78%) e endereço electrónico para recepo de mensagens ou pedidos de informao (74%).

Síntese dos Principais Indicadores das TIC's na Administrao Pública Regional dos Açores

	%		
	2003	2004	TCA
Organismos que dispõem de ligao à Internet.....	97	97	0
Organismos que dispõem de uma velocidade de ligao à Internet superior a 512 Kbps	28	29	3,6
Organismos que dispõem de correio electrónico.....	94	94	0
Organismos com presença na Internet	53	68	28,3
Organismos que têm uma política de disponibilizao do acesso à Internet a todos os trabalhadores.....	69	75	8,7
Organismos que realizam compras de bens e/ou serviços através da Internet	-	18	-

Fonte: INE; UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP.